



A PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA: UM CAMPO CIENTÍFICO E POLÍTICO

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3723

Rubens de Brito Ferreira Teixeira, UNIMONTES

Resumo

Os assuntos agrupados aqui emergiram de questionamentos sobre a prática historiográfica que muitas vezes passam despercebidos ou é negligenciado, logo, o presente e breve texto é uma contribuição e um incentivo ao debate. Por meio deste empreendimento, buscou-se compreender em que medida poderia se concluir que o que norteia certas práticas da pesquisa em História e sua dinâmica é na verdade relações políticas. Para isso, foi preciso averiguar o lugar social de fala do pesquisador e avaliar onde se encaixam os objetos de estudos, especialmente o 'intelectual' e o 'marginal', em certas produções, para, então, empenhar-se em apreender a historiografia como um campo científico, bem como político. Apoiou-se em exames bibliográficos qualitativos e nas discussões levantadas por Michel de Certeau, René Rémond e, de modo interdisciplinar, nas proposições do sociólogo Pierre Bourdieu. Concluiu-se, portanto, que a questão política por si só não explica a escrita da História, uma vez que muitas premissas, principalmente culturais, se conjugam em sua constituição. Apesar disso, o ter e o fazer história também são atos políticos, exigem um princípio de visão compartilhado, já que o político e a política influenciam a historiografia e o campo científico, pois à medida que um objeto é estabelecido, sobretudo no caso de um novo objeto, alterações condizentes para o desenvolvimento dos exames são estabelecidas, como conceitos, abordagens, métodos e técnicas, às vezes sendo até base para oposição a outro ponto de vista. Neste sentido, a busca por espaço dentro do campo é constante, sempre necessitando de reconhecimento e legitimidade.

Palavras Chave:

Campo; Cultura; História Política; Interdisciplinaridade, Operação histórica.

Introdução

Há cerca de quatro anos vem ocorrendo crises políticas no Brasil, e foram visíveis, por exemplo, nos movimentos sociais de Julho de 2013, no *Impeachment* presidencial de 2016, na desconfiança nos políticos e nos ânimos exaltados das discussões políticas, morais e partidárias, especialmente nas redes sociais, onde um assunto tem sido recorrente: a educação.

Emerge em 2014 um movimento intitulado *Escola sem partido*, coordenado por Miguel Nagib, que, através do *Projeto escola sem partido*, se propôs uma luta contra a ‘doutrinação’ nas escolas¹. A grande projeção da proposta resultou-se em Projetos de Leis (PL), nos níveis estadual e federal, cujo foco seria a moralização da educação e a liberdade educacional, como ficou estabelecido nas PL867/2015², PL190/2015³ e PL193/2016⁴, respectivamente escritas pelos Deputados Izalci Lucas (PSDB/DF) e Marcel Van Hattem (PP/RS) e pelo Senador Magno Malta (PR/ES). No entanto, é de autoria do Senador Jean Wylis (PSOL/RJ) a PL6005/2016⁵ em nível nacional, intitulada *Escola livre*, como resposta às propostas.

À vista disso, a presente pesquisa procurou compreender em que medida seria a política um norteador de certas escritas historiográficas, contudo, de modo algum aqui foi proposto um exame ou julgamento moral, maniqueísta ou mesmo partidário, apenas a premissa de

que a vida social como um todo é permeada por questões políticas, inclusive o ensino e a escrita acadêmica.

Por conseguinte, compreende-se que o ato de escrever, referido por Rebeca Gontijo, citando Michel de Certeau, é uma

(...) “atividade concreta que consiste, sobre um espaço próprio, a página, em construir um texto que tem poder sobre a exterioridade da qual foi previamente isolado”. Ou seja, o “jogo escriturístico” tem como função influir sobre a realidade, da qual se distingue, com o objetivo de transformá-la. O valor da escrita para a construção de si reside no modo como essa atividade permite “ordenar, rearranjar, e significar o trajeto de uma vida no suporte do texto, criando-se através dele, um autor e uma narrativa” (GONTIJO, 2005, p.265).

Um texto, então, expõe uma visão de mundo, um lugar social e cronológico específicos, além de um sujeito que lança ali suas preocupações. Pode-se concluir que a escrita da História é um ato político, pois, conforme Pierre Bourdieu,

A política é uma luta em prol de ideias, mas um tipo de ideias absolutamente particular, a saber, as ideias-força, ideias que dão força ao funcionar como força de mobilização. (...) O poder político é peculiar no sentido de se parecer com o capital literário: trata-se de um capital de reputação, ligado a notoriedade, ao fato de ser

¹ Para mais informações, vide o sítio eletrônico do movimento em:

<http://www.programaescolasempartido.org/movimento>. Acesso em: 09/08/2017.

² Para ver a situação atual proposta e o texto completo, ver o sítio eletrônico:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em: 09/08/2017.

³ Para ver a situação atual proposta e o texto completo, ver o sítio eletrônico:

<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao.aspx?SiglaTipo=PL&NroProposicao=190&AnoProposicao=2015&Origem=Dx>. Acesso em: 09/08/2017.

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>. Acesso em: 09/08/2017.

⁴ Para ver a situação atual proposta e o texto completo, ver o sítio eletrônico:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2094685>. Acesso em: 09/08/2017.

⁵ Para ver a situação atual da proposta e o texto completo, ver o sítio eletrônico:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2094685>. Acesso em: 09/08/2017.

conhecido e reconhecido, *notável* [grifo do autor] (BOURDIEU, 2011, p.203; 204).

Portanto, pelo presente texto pretende-se problematizar algumas instâncias da prática historiográfica de maneira crítica, já que não existem verdades absolutas nas proposições nem tampouco neutralidade. A produção acadêmica gira em torno de contextos bem definidos, instituições e grupos.

Ideias-força como fundamento da escrita histórica

Por mais que tenha sido visto diversas linhas, paradigmas e escolas em História, o passado sempre foi o objeto primordial da pesquisa. “Entretanto, o passado já nos chega enquanto discurso, uma vez que não é possível restaurar o real já vivido em sua integridade. Neste sentido, tentar reconstruir o real é reimaginar o imaginado” (PESAVENTO, 1995, p.17). Conforme a historiadora Sandra Jatahy Pesavento, historiadores e teóricos sociais – como Pierre Bourdieu, Roger Chartier, Robert Darnton e Bronislaw Baczko – buscaram uma conceituação para representação e imaginário, em que o texto e o contexto dialogam em uma relação objetiva e subjetiva e aplicação em seus estudos, um fato importante é que perpassaram pelas noções de poder (PESAVENTO, 1995).

Não seria equivocado compreender a prática historiográfica como uma representação de ideias, que por fim tem uma premissa política enquanto ideias-força, como é pensada por Bourdieu (BOURDIEU, 2011, p.203). Segundo Pesavento,

O imaginário é, pois, representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o “verdadeiro” e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa ausente e difícil de perceber. Persegui-lo como objeto de estudo é desvendar um segredo,

é buscar um significado oculto, encontrar a chave para desfazer a representação do ser e do parecer (PESAVENTO, 1995, p.24).

No século XX, as historiografias francesa e inglesa passaram por várias transformações de métodos, conceitos, abordagens e, sobretudo, objeto, de modo a fazer frente ao paradigma tradicional e sua preocupação com a história do Estado, biografia dos grandes homens e a crença cientificista.

A Escola dos *Annales*, fundada, em 1929, promoveu grandes inovações no campo historiográfico francês, como a interdisciplinaridade, contra a História Positivista e contra Paul Lacombe e Charles Seignobos, mas entre os anos de 1946 a 1968 acumulou financiamentos das empresas Rockefeller e Ford e parceria com os Estados Unidos, garantindo-lhe uma influência global de caráter imperialista (REIS, 2000, p.9-101).

Se ao longo do século XIX eram os registros oficializados pelo Estado as fontes da pesquisa positivista, sua verdade, após os trabalhos de Michel Foucault na década de 1960 houve uma ‘revolução documental’, onde as fontes passaram a ser qualquer objeto que remetesse ao passado enquanto ‘monumento’, o que contribuiu para pensar o objeto de modo objetivo e subjetivo, bem como qualitativa e quantitativamente, além de criticá-lo e observar suas relações de poder. A História Nova, feita pelos *Annales*, usou dessa crítica documental, e Jacques Le Goff mostrou que a instituição, defendendo-a e exaltando-a, está à frente não só da História Política, inimigo declarado, como das demais ciências humanas e do marxismo. Com esta postura, ensaiou-se amparar politicamente uma história francesa e tentou justificar sua grandeza através de seus supostos pais – Voltaire, Guizot e Chateaubriand e outros –, enquanto exercício de autoafirmação (LE GOFF, 2003; 1990). Le Goff clarificou essa ação afirmando que

Essas críticas são hipertrofiadas

pela amplificação da mídia. Enquanto com frequência a nova história é acusada de se entregar à moda, ela se vê mais uma vez tragada, contra sua vontade, pela agitação barulhenta mas superficial do microcosmo da mídia. A esse respeito, corre um mito: a nova história ter-se-ia apoderado da mídia e teria até obtido um quase monopólio da vulgarização histórica no livro, nas revistas, no rádio e na televisão. Essa lenda não resistiria a um estudo sério do mercado da história (LE GOFF, 1990, p.4).

Um dos objetos renovados elencados pelos historiadores franceses pode ser caracterizado como ‘marginais’, ou seja, aqueles que antes eram excluídos da historiografia passaram a ser notados como parte do projeto da História Total dos *Annales*. De acordo com Jean-Claude Schmitt, nos últimos 15 anos, 1963, contando desde a publicação original, a história feita pelo ‘centro’ se tornou insuficiente, o interesse pelas margens vem pela transformação da própria sociedade. A marginalidade seria comportamentos complexos e variáveis que atuaram contra a opressão, porém são fluidos e com difícil precisão. Os marginais foram omitidos pela historiografia e pelas instituições desde o século XI ao XIX, dos leprosos aos criminosos. A exclusão e a inclusão foram fatores contundentes para entender as transformações elementares nas estruturas socioeconômicas e políticas. Num estudo revelador sobre os marginais, Branislav Geremek mostrou como que durante a Idade Média existiam diversos tipos de marginais, seja por ocupação ou étnica, e que só se pôde ter conhecimento desses indivíduos a partir de escritos estatais, judiciais, policiais e religiosos nos quais são postos no lado oposto do aceitável (SCHMITT, 1990; GEREMEK, 1989).

Seria enganoso pensar que essas

reformulações resolveram os problemas da historiografia francesa, pelo contrário, podem-se citar dois relativamente novos: a) as novas concepções de cultura, sobretudo a cultura popular, pois houve usos e abusos, chegando a revelar a imprecisão conceitual mesmo apoiando-se no ‘povo’ e negando o ‘erudito’, porém é uma ferramenta que não deve ser descartada (REVEL, 2009, p.163-186); b) um dos principais nomes do estudo da cultura popular, Roger Chartier, demonstrou clara oposição à prática historiográfica apresentada pelo que ficou conhecido como a Segunda Geração dos *Annales*, que engloba Fernand Braudel, Geremek e Schmitt. “O presente livro”, disse Chartier na introdução de sua obra, “constituiu-se como resposta à insatisfação sentida frente à história cultural francesa dos anos 60 e 70, entendida na dupla vertente de história das mentalidades e de história serial, quantitativa” (CHARTIER, 2002, p.13).

Ainda conforme o autor, evidenciando o prestígio dos *Annales*, afirmou que

Os traços que a caracterizam só podem ser compreendidos quando relacionados com a situação da própria história, como disciplina, naquelas décadas. Numa palavra, poderá dizer-se que a história era então institucionalmente dominante e que se encontrava institucionalmente ameaçada. A posição que detinha no campo universitário era assegurada pelo seu peso numérico (...) e pela importância do capital escolar (...) (CHARTIER, 2002, p.13).

No caso da historiografia inglesa da nova esquerda, evidenciou-se que o que ficou conhecido como história “vista de baixo” foi uma preocupação política mais evidente ainda na retratação dos excluídos, de algum modo relacionado com as exigências e defesa⁶ do marxismo. De

⁶ Em seu estudo que ficou muito famoso, o historiador neomarxista Edward Palmer

Thompson fez dura críticas ao pensamento do marxista-estruturalista francês Louis Althusser,

acordo com Eric Hobsbawm, “Não há povo sem história ou que possa ser compreendido sem ela” (HOBSBAWM, 1998, p.185). O autor chegou a esse axioma após analisar um texto do antropólogo Eric Wolf pela ótica dos estudos socioculturais do marxismo, tendo em vista os aspectos dos modos de produção (HOBSBAWM, 1998, p.171-192). Entretanto, em outros estudos, Hobsbawm demonstrou que a História Social dos anos de 1960-70 ficou encantada com estudos sobre os escravos do Suriname e os protestos sociais, anti-imperialismo e libertação negra em torno da temática, mesmo assim, o autor critica os mesmo estudos pautados nas ideias do “pós-modernismo” devido seu caráter demasiadamente subjetivo. O interesse pela moda da história dos de ‘baixo’ parte de um princípio político, não só contra o paradigma tradicional como para o benefício dos próprios julgamentos marxistas desde os anos de 1950, selecionando não pessoas comuns, e sim aqueles que demonstrassem certa militância (HOBSBAWM, 1998, p.207-231).

Duas críticas também políticas foram em suas épocas contundentes e atingiram a visão marxista feita por dois autores marxistas. Por um lado, o marxista-maoísta Jean Chesneaux criticou severamente a prática historiográfica enquanto refém das instituições capitalistas, sobretudo os ‘falsos’ marxistas que permanecem quase que inertes ante a este quadro, ou melhor, rendem-se a ele, promovendo a manutenção de seus títulos e prestígios, não atuando como agentes

políticos, enquanto intelectuais orgânicos à moda gramsciana – um requisito repetidas vezes enaltecido pelo autor, uma prática social promotora de ações políticas militantes (CHESNEAUX, 1995). Por outro lado, Josep Fontana condenou o eurocentrismo acadêmico e as más análises sobre a vida da gente comum, porém houve tentativas dos Estudos Culturais em combater o eurocentrismo, como o que se tentou fazer Edward Said através dos estudos “pós-coloniais”⁷, um estudo um tanto quanto paradoxal, por afastar a gente comum da realidade, o que remete o domínio do eurocentrismo nos exames, de modo claro ou não (FONTANA, 2004).

Em meio à valorização das esferas culturais nos mais diversos âmbitos das ciências humanas nas três últimas décadas do século XX, o objeto da política foi reformulado por pesquisadores e ‘retorna’, inclusive um grupo francês dirigido por René Rémond fez oposição política e institucional à Escola dos *Annales*.

Rodrigo Patto Sá Motta, a esse respeito aludiu que o ‘retorno’ da História Política na França, entre os anos de 1980 e 1990, ocorre pela retomada de pontos precisos do paradigma tradicional só que dialogando com os mais recentes paradigmas culturalistas, em qual lugar o conceito de cultura política emerge como um sintoma desse retorno. Aproveitando o ambiente, em 1988, Réne Rémond publica na França um livro-manifesto, *Por uma História Política*, com alguns colaboradores, como Jean-François Sirinelli e Serge Berstein, tomando uma

um dos pontos percebidos é a defesa não só da História como do materialismo histórico e dialético que, segundo o autor, os funcionalistas e estruturalistas queriam superar. Através de uma fundamentação teórico-metodológica, Thompson mostra as particularidades, positivas e negativas, da lógica histórica enquanto procedimento comprometido com a explicação do real e não com a criação de grandes conceitos (THOMPSON, 1981).

⁷ Peter Burke apresentou que os estudos “pós-coloniais” que se enquadram nas pesquisas “pós-modernas”. Para o autor, os historiadores pouco têm contribuído nos estudos da “pós-modernidade”, e muitos outros são os problemas enfrentados por esta tendência, por exemplo, a contradição de fazer uma história que fuja do eurocentrismo, só que acabaria se apoiando em um projeto totalizante, apesar de permitir novas linhas teóricas (BURKE, 2012, p.159-165; p.255-278).

posição à margem dos *Annales* e ligados à Fondation Nationale de Sciences Politiques e ao Instituto de Estudos Políticos de Paris (MOTTA, 2009, p.13-21). Fora as finalidades teórico-metodológicas,

Um dos propósitos desse livro, é factível conjecturar, em marcar posição num momento em que a história política voltava a posição de destaque na historiografia francesa. Praticantes da história política numa fase em que ela estava desprivilegiada e fora de moda, Rémond e seu grupo desejavam ocupar lugar proeminente na hora do retorno (MOTTA, 2009, p.19)

Assim sendo, René Rémond afirma que as mudanças historiográficas acompanham as transformações históricas, mas é refém das 'ideologias dominantes'. Algumas descobertas em História ocorrem com o abandono de outras, ironicamente as pesquisas da História Nova eram similares as que eram condenadas na História Tradicional, mas algo rico pode retornar. Foram vários os fatores, acadêmicos e políticos, que levaram a História Política e seus seguidores ao ostracismo, e seu retorno não seria uma moda, e sim renovação (RÉMOND, 2003, p.13-30).

Um dessas retomadas temáticas foi apresentada por Sirinelli, os intelectuais. Os intelectuais seria um grupo social de contornos vagos, porém remete sempre um grau acadêmico, uma legitimidade para dizer. Certamente o elitismo foi um alvo da História Nova, só que ela faz outra contradição, criticar os intelectuais ao mesmo tempo em que os usam para formular suas ferramentas interpretativas. Para Sirinelli, os intelectuais é um grupo de agentes do político e falível, embora não apresente uma definição única, e essa noção partiria de uma 'geometria variável' com bases invariantes. A importância desse estudo poderia até ser interessante para explicar a história da França contemporânea, para isso, o autor definiu todo um corpo

conceitual e teórico-metodológico a fim de dar sustentação às alegações por ele proferidas, como o conceito de gerações e a noção de sociabilidade, no entanto, a mesma constatação pode ser aplicada a própria renovação da História Política (SIRINELLI, 2003, p.234-256).

Rémond concebe que todos os assuntos retratados em seu livro têm em comum 'o político', porém, não é apresentada uma conceitualização clara do político, apesar de rechaçar a concepção dos manifestantes de Maio de 68 que percebia o político como agir do poder, mas sua presença é indissociável do vivido. As instituições no vivido teria grande participação, já que ela cria acontecimentos que influenciam no comportamento, na cultura e tem um papel criador nas mentalidades, pois o político é uma das maiores expressões da identidade coletiva e revela um comportamento socialmente compartilhado (RÉMOND, 2003, p.441-449).

Oferecendo uma inteligibilidade mais contundente sobre o político, que de certa forma dialoga com o argumento supracitado de ideia-força, bem como ao de cultura política, René Rémond diz que

Se o político deve explicar-se antes de tudo pelo político, há também no político mais que o político. (...) Praticamente não há setor ou atividade que em algum momento na história, não tenha tido uma relação com o político (...). Porque o político é o lugar de gestão da sociedade global, ele dirige em parte outras atividades, define seu status, regulamenta seu exercício (RÉMOND, 2003, p.36; p.444; p.447).

Ora, partindo das proposições de que os textos são moldados por indivíduos, culturas e instituições, por fim eles são políticos, é necessário pensar o lugar de sua concepção. "O discurso "científico" que não fala de sua relação com o "corpo" social não seria capaz de

articular uma prática”, a historiografia discursiva relaciona claramente com o corpo na academia numa relação grupo-eu-instituição, embora não se reduza a ela, dessa forma, o valor de uma produção historiográfica depende de seus pares e suas convenções. Essa relação da prática científica com o lugar social é o que caracteriza a operação histórica. A sociedade também é um núcleo institucional e que opera conforme seu tempo, e quando a História percebe tal relação isso se torna pré-condição de análise, pois a pesquisa é uma prática, mas as interpretações antigas são desvios e obsoletos. A escrita, ou melhor, a representação, só se torna histórica aliado a um lugar social da operação científica e de uma representação que obedece a regras (CERTEAU, 1995, p.23; 2003).

A perspectiva de lugar social admitida por Michel Certeau de certa maneira não está delimitada, e o conceito de campo trabalhado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, para os fins desta pesquisa, torna-se interessante por, ao mesmo tempo, completar e aprofundar o lugar social.

Na formulação de Bourdieu, o campo é um microcosmo social, semelhante a qualquer outro mundo social, relativamente autônomo ao macrocosmo. Em seu interior ocorrem lutas e relações de força pela manutenção ou transformação do campo. E tal conceito fundamenta-se justamente pelo autor devido ao fato de linhas investigativas tentarem explicar os fundamentos científicos fora do mundo social, daí a necessidade de não considerar a ciência como pura, uma vez que pressões externas perpassam o campo (BOURDIEU, 2004, p.18-22). O mundo social não é unilateral e nem se apresenta totalmente estruturado, só que é bem estruturado nas inter-relações ou propriedades, a percepção normalmente corresponde a signos distribuídos. “O espaço social tende a funcionar como um espaço social simbólico de estilos de vida

e de grupos de estatutos, caracterizados por diversos estilos de vida” (BOURDIEU, 2004, p.159-163). Sendo assim, “Podemos compreender que o ser social é aquilo que foi; mas também que aquilo que uma vez foi ficou para sempre inscrito não só na história, o que é óbvio, mas também no ser social, nas coisas e nos corpos” (BOURDIEU, 2010, p.100).

Dentro de todo campo é produzido um tipo de capital correspondente que, conforme a posição do indivíduo, sua concentração proporciona poder e qualificação. O campo científico tem sua própria especificidade, por exemplo, “O paradoxo dos campos científicos, entretanto, é que eles produzem ao mesmo tempo (...) pulsões destrutivas (fraudes) e o controle dessas pulsões”. Nesse campo, através de métodos, razões e atuação tenta-se impor o ‘real’, que é legitimado pelo reconhecimento dos pares, mas também pelos capitais temporal (institucional) e específico (prestígio). As relações de força no interior deste campo não têm clareza suficiente para proporcionar uma análise científica quantificável, sobretudo mediante ao prestígio do jovem (BOURDIEU, 2004, p.26-40).

Não seria equivocado conceber, dados suas semelhanças, o campo científico também como um campo político, em consequência de que

Quanto mais o campo político se constitui, mais ele se autonomiza, mais se profissionaliza, mais os profissionais tendem a ver os profanos com uma espécie de comiseração. (...) Não é raro, por exemplo, que os políticos queiram agir diretamente sobre o campo literário. (...) As lutas políticas envolvem disputas intelectuais, princípios de visão e de divisão. (...) Eles [pesquisadores], por vezes, desejariam entrar no mundo político, que é um jogo de ideias-força. (...) É porque essa homenagem à virtude científica [verdade] está inscrita na própria

lógica do microcosmo político que a ciência – e em particular a ciência do jogo político – não é totalmente desprovida de força política, tendo ao menos uma força crítica, negativa (BOURDIEU, 2004, p.197; p.204; p.206; p.207).

Considerações Finais

Por meio desta breve pesquisa foi possível apreender que a pesquisa em História de modo algum é neutra. Os objetivos elencados foram significativos no desempenhar de um estudo crítico da escrita em História. Evidenciou-se que as diversas linhas de pesquisa quando estabelecem seus objetos de análises partem de interesses particulares e concebem todo um conjunto teórico-metodológico para seu desenvolvimento.

A prática ainda continua sendo eurocêntrica mesmo com algumas tentativas de produção que operem fora do grande eixo, no Brasil, por exemplo, as linhas francesas e inglesas se conjugam no domínio da produção sobrando pouco espaço para se trabalhar alternativas.

Ter uma história contada ou mesmo o próprio ato de pesquisa não só se faz pelo aspecto político, seria muito negligente apoiar-se apenas a isso, todavia, questões culturais, modismos e inovações também compõem esse quadro e elaboração de ideias. Tanto a política, aos olhos de Bourdieu, e o político, para Rémond, permeiam os estudos históricos de maneira significativa, mas somente ela não a explica.

Compreender que existe um lugar social do historiador, que os assuntos são escolhidos por muitos fatores e que o passado é apresentado na forma de ideias elaborado por concepções teórico-metodológicas próprias de todo um corpo de sujeitos, permite reforçar o senso crítico, trabalhar com hipóteses e testá-las, questionar as problematizações e conceitos. Uma atividade como esta permitiu apreender que a pesquisa em História é dinâmica através de seus erros e

acertos e inovações e visões, que ela é falha e não tem compromisso com a realidade no mais literal sentido do termo.

Ao considerar *a priori* o campo científico como também político imaginava-se que ambos se conjugariam, porém, ratificou-se que essa possibilidade não só era viável como que no mínimo esses dois campos possuem inter-relações muito estreitas.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.149-168.

BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência – Por uma sociologia clínica do campo científico. In: _____. **Os usos sociais da ciência**. São Paulo: Editora Unesp, 2004, p.17-48.

_____. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, p.193-216.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p.65-120.

_____. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p.17-48.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre prática e representações**. Alaves: Portugal, 2002, Difel.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

FONTANA, Josep. Por uma história de todos. In: _____. **A história dos homens**. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p.439-469.

GEREMEK, Bronislaw. O marginal. In: LE GOFF, Jacques. **O homem medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p.233-248.

GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel; BICHALHO, Maria Fernanda B.; Gouvêa, Maria de Fátima S. (Org.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p.259-

278.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.171-192; p.207-231.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. 5ª ed. Campinas: Unicamp, 2003, p.525-541.

_____. **A História Nova**. 4ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 1-64.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas Políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p.13-37.

PESAVENTO, Sandra J. Em busca de Outra História: Imaginando o Imaginário. **Revista Brasileira de História**, v.15, nº29, São Paulo, 1995, p.9-27.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a**

inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RÉMOND, René. Uma história presente; Do político. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2003, p.13-36; p.441-450.

REVEL, Jacques. **Proposições: ensaios de história e historiografia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.261-290.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2003, p.231-269.

THOMPSON, E.P. Lógica histórica. In: _____. **Miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.47-62.